

Zélia quer participação do trabalhador no lucro das empresas a partir de maio

por José Paulo Vicente
de Belo Horizonte

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, visitou ontem, pela primeira vez desde a sua posse, o Estado de Minas Gerais. Logo após a sua chegada, a ministra foi recebida por aproximadamente quatrocentos empresários mineiros na sede da Associação Commercial de Minas (ACM), onde afirmou aos presentes que deseja ver o estudo que está sendo elaborado pelo Ministério do Trabalho — com relação à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — “transformado em projeto de lei e votado pelo Congresso Nacional até o começo de maio”.

“Pretendemos dialogar com os empresários e os parlamentares para que esse projeto se viabilize e seja aprovado próximo ao Dia do Trabalho, como uma homenagem a classe trabalhadora”, disse Zélia em resposta a uma pergunta formulada pela platéia mineira. O Estado de Minas Gerais, de acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é, hoje, a segunda maior economia do País.

Indagada sobre a distorção dos preços relativos — que foi agravada com o tarifaço — e a regionalização das câmaras setoriais de controle de preços, a ministra informou que “o Departamento de Abastecimento e Preços já vem realizando reuniões com os empresários e que, dentro de quinze dias, esses mecanismos já devem estar implementados”. A ministra nada adiantou sobre o fim do congelamento.

Avaliando o nível das taxas de juro, Zélia Cardoso de Mello disse que “o governo não abre mão de fazer política monetária”. Segundo ela, “há no Brasil um diferencial muito grande entre os custos de captação dos bancos e o preço dos empréstimos. Queremos acabar com esse problema”, afirmou, acrescentando que “a saída depende dos bancos mas também dos próprios empresários, que devem brigar por taxas de juros mais baixas”.

Indagada sobre o equilíbrio do orçamento da



Zélia Cardoso de Mello

União para este ano de 1991, já que os cruzados novos devem começar a ser devolvidos a partir de setembro, a titular da Economia enfatizou que o ajuste fiscal desencadeado pelo governo no ano passado é duradouro e que o novo plano econômico aprofundou esse ajuste através do contingenciamento do orçamento da União e das evoluções do processo de privatização, além do decreto de redução de 10% nos custos operacionais das empresas estatais. “Deveremos ter um resultado positivo este ano”, disse sem apresentar números.

Na questão da construção civil, Zélia garantiu que a volta dos financiamentos por meio da Caixa Econômica Federal terá um papel importante no encaminhamento das soluções. Ela reconheceu, entretanto, que as defasagens do setor ainda são muito grandes. “Pretendemos devolver ao Congresso, através de um projeto de lei, a questão do equacionamento do Fundo de Variação de Compensações Salariais (FCVS), que foi rejeitado pelos deputados há poucos dias”, adiantou.

Sobre o Programa de Competitividade Industrial (PCI), Zélia afirmou que “o PCI deve cumprir seu objetivo inicial, que é de baratear os investimentos do setor produtivo”. Durante sua visita à capital mineira, a ministra esteve acompanhada pelo diretor do Departamento da Indústria e Comércio do Ministério da Economia, Luiz Paulo Vellozo Lucas.